



ANÁLISE DE PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO FLORESTAL
Parecer Único URFBio - Centro-Oeste/IEF Nº 10/2019

1 – DADOS DO PROCESSO E EMPREENDIMENTO

Tipo de Processo / Número do Instrumento		(X) Licenciamento Ambiental	Nº do PA COPAM 00174/1986/008/2008 e 00174/1986/013/2011	
Fase do Licenciamento		Revalidação de Licença de Operação (REV-LO)		
Empreendedor		Companhia Siderúrgica Nacional S.A. - CSN		
CNPJ / CPF		33.042.730/0067-30		
Empreendimento		Companhia Siderúrgica Nacional S.A. - CSN		
Classe		6		
Condicionante Nº		13		
Localização		Arcos		
Bacia		Rio São Francisco		
Sub-bacia		Rio São Miguel		
Área intervinda	Área (ha)	Sub-bacia	Município	Fitofisionomias afetadas
	11,7647	Rio São Miguel	Arcos	Floresta Estacional Decidual
Área proposta	Área (ha)	Sub-bacia	Município	Doação – Parque Nacional Cavernas do Peruaçu
	29,4118	Rio Peruaçu	Itacarambi	Floresta Estacional Decidual
Equipe / Empresa responsável pela elaboração do PECF		Florestas Gerais Consultoria Ambiental Ltda. Evandro Marinho Siqueira – Engenheiro Florestal – CREA – MG 91.337/D Leonardo Junior Franco – Engenheiro Ambiental – CREA – MG 129.949/D		

2 – ANÁLISE TÉCNICA

2.1-Introdução

O presente Parecer visa analisar o Projeto Executivo de Compensação Florestal referente à intervenção ambiental através de supressão vegetal nativa, realizada pela empresa Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. Trata-se de um empreendimento de lavra a céu aberto em áreas cársticas com ou sem tratamento, referente ao DNPM nº 4213/1949 para extração das substâncias minerais: calcário e dolomito, no município de Arcos – MG.

A proposta de compensação florestal em análise está relacionada ao PA COPAM Nº 00174/1986/008/2008 e 00174/1986/013/2011, cuja Informação Complementar nº 13 (de ambos os processos) faz referência à compensação por intervenções em vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

O presente Parecer tem como objetivo primordial, apresentar de forma conclusiva, a análise e parecer opinativo das propostas do Projeto Executivo de Compensação Florestal (norteado pela



Portaria IEF Nº 30, de 03 de fevereiro de 2015) de modo a instruir e subsidiar a instância decisória competente quanto à viabilidade e pertinência técnica e legal da implantação das prescrições contidas no Projeto Executivo apresentado.

O atendimento da compensação se embasa nos dispositivos legais: Portaria IEF Nº 30/2015, Deliberação Normativa COPAM 73/2004, Lei Federal 11.428/2006, Decreto Federal 6.660/2008, Resoluções CONAMA 392/2007, Lei Federal 12.651/12 e Lei Estadual 20.922/2013.

2.2- Caracterização da Área Intervinda

Uma vez que a primeira referência para a proposta de compensação ambiental em epígrafe é a caracterização da área intervinda, segue uma breve descrição da mesma de acordo com o PECF - Projeto Executivo de Compensação Florestal.

Segundo PECF, a supressão da vegetação nativa foi realizada em 11,7647 hectares. Do total desta intervenção, 10,2847 hectares foi autorizado pelo IBAMA nos anos de 2004 e 2005, e 1,48 hectares foi autorizado no ano de 2012 na forma de adendo ao processo 00174/1986/013/2011, pois havia necessidade de implantação de uma nova unidade de britagem.

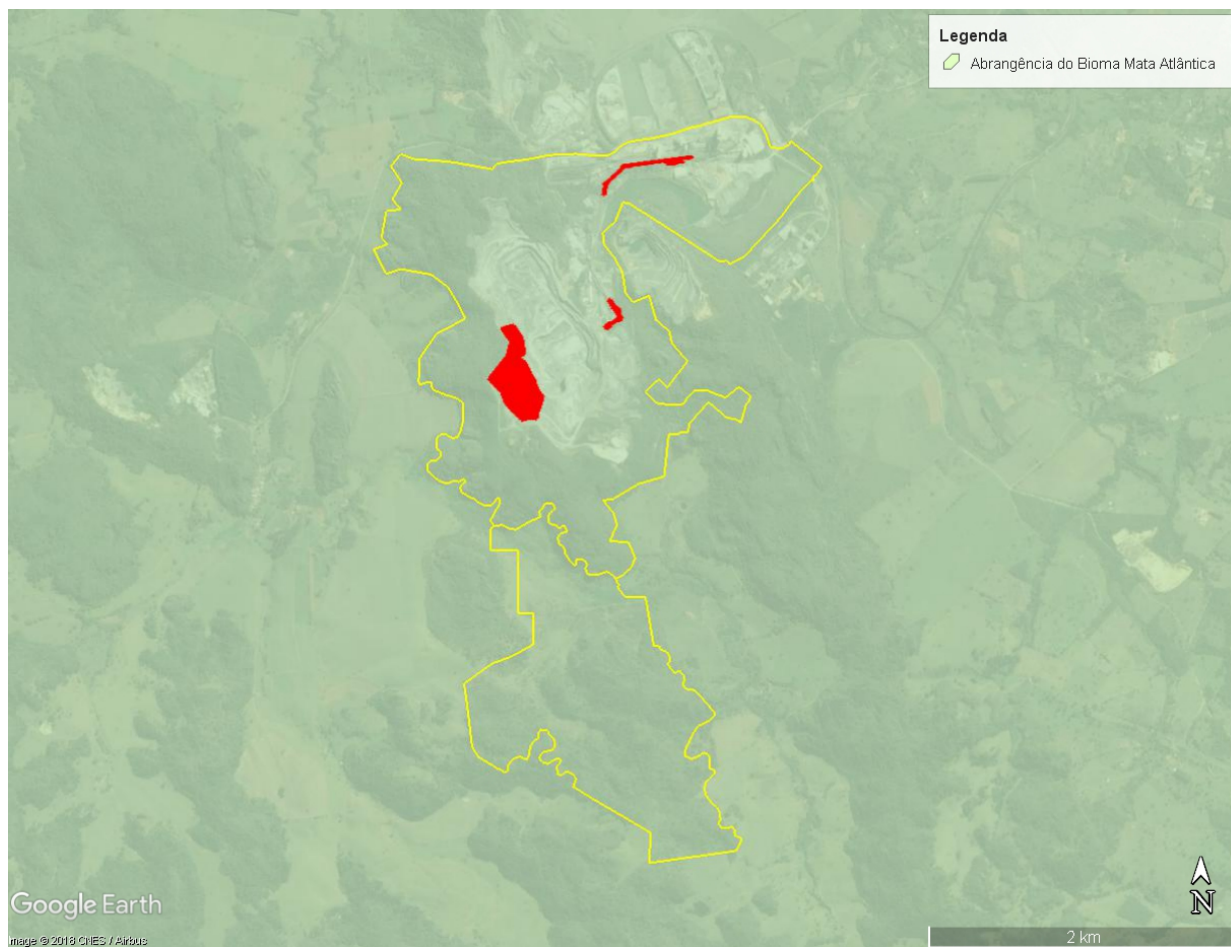
Os Pareceres Únicos da SUPRAM – ASF nº 949397/2011 e 963384/2011 relatam que a vegetação florestal afetada pelo empreendimento era composta predominantemente por espécies nativas do Bioma Mata Atlântica, com fitofisionomia de Floresta Estacional Semidecidual e Decidual.

Municípios: Arcos

Bacia: Rio São Francisco.

Sub-bacia: Rio São Miguel

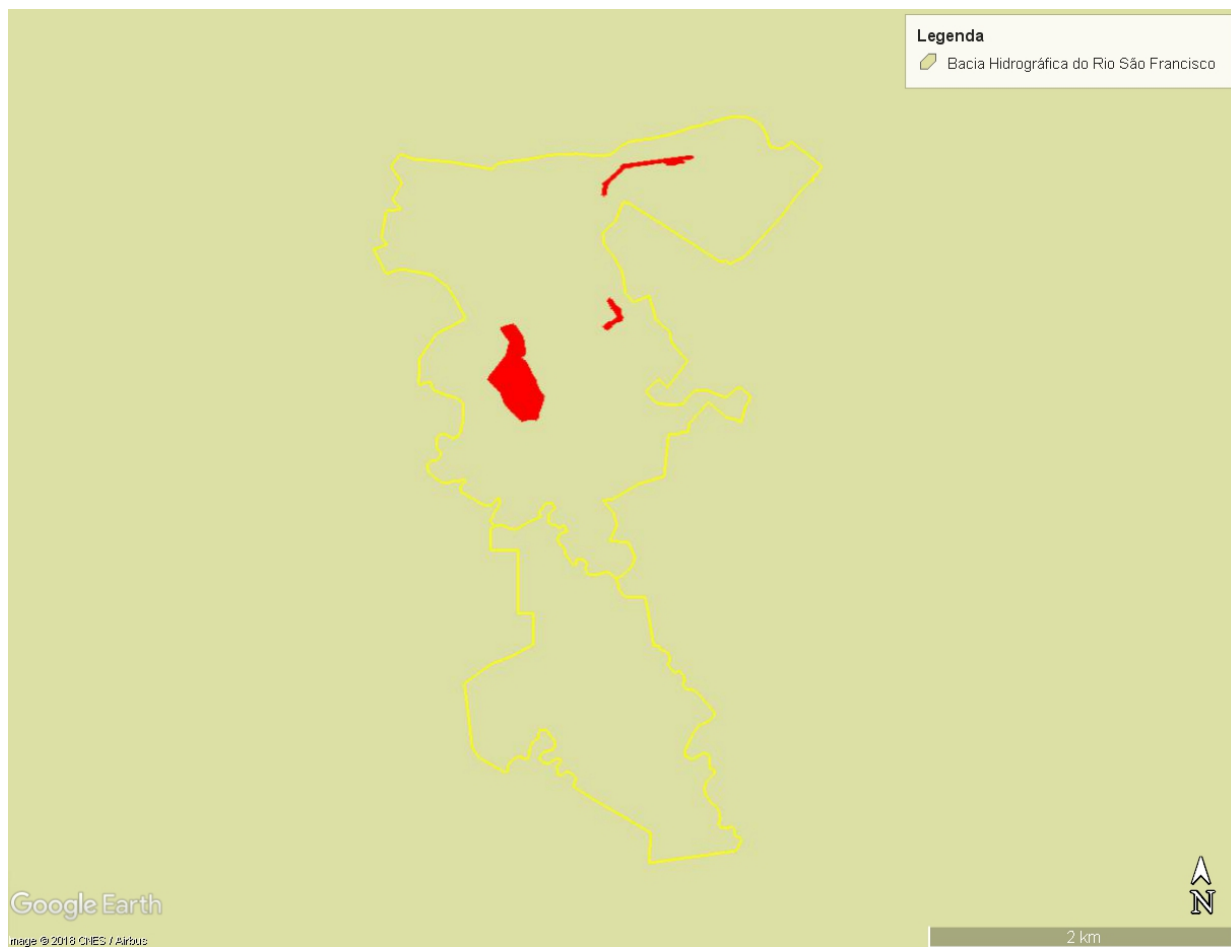
Figura 1. Localização do empreendimento (em amarelo), intervenções realizadas (em vermelho) x Bioma Mata Atlântica. Fonte: Google Earth



De acordo com o Projeto Executivo de Compensação Florestal (PECF) apresentado pela empresa, e pelo fato da intervenção já ter sido realizada, os estudos de caracterização da vegetação suprimida foram realizados em área adjacente à intervenção. No PECF a área de intervenção é descrita como pertencente ao Bioma Mata Atlântica, apresentando a fitofisionomia de Floresta Estacional Decidual. Foi definido ainda que 44% da área amostrada pode ser classificada como vegetação rupícola, que forma um gradiente na proporção de rocha diminuindo sua quantidade no sentido da área florestada.

Quanto à hidrografia, o empreendimento se insere na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, sub-bacia do Rio São Miguel.

Figura 2: Localização do empreendimento (em amarelo), intervenções realizadas (em vermelho) X Bacia Hidrográfica. Fonte: Google Earth.



O quadro a seguir mostra em síntese as características da área intervinda:

Área (ha)	Bacia Hidrográfica	Sub-bacia	Área urbana		Fitofisionomia	Estágio sucessional
			Sim	Não		
11,7647	Rio São Francisco	Rio São Miguel		X	FED	Médio

A seguir, este parecer apresenta uma análise da proposta com relação a sua adequação à legislação vigente, bem como com relação a viabilidade técnica da proposta.

2.3- Caracterização da Área Proposta

2.3.1 – Parque Nacional Cavernas do Peruaçu

O empreendedor sugere como compensação à intervenção realizada em 11,7647 hectares, uma área inserida no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – PARNA Cavernas do Peruaçu.

Segundo o PECF, o Parque possui área total de 56.448,32 hectares, e foi criado no ano de 1999. De acordo com seu Plano de Manejo, todas as áreas no seu interior pertencem a particulares, ou seja, toda a área da UC é de propriedade privada e não pública. Vale ressaltar que a categoria de Parque Nacional não admite áreas privadas em seu interior.



O PARNA Cavernas do Peruaçu compreende os municípios de Januária, Itacarambi e São João das Missões, na região norte de Minas Gerais. O Parque foi estruturado recentemente e possui trilhas, mirantes e passarelas de proteção a sítios arqueológicos. Ele pertence ao Bioma da Mata Atlântica, segundo o mapa de Biomas do IBGE, e está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Figura 3: Localização do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu (em branco), propriedade da compensação (em amarelo) e área desmembrada para compensação (em vermelho). Fonte: Google Earth.



- Área Proposta – Fazenda Arizona

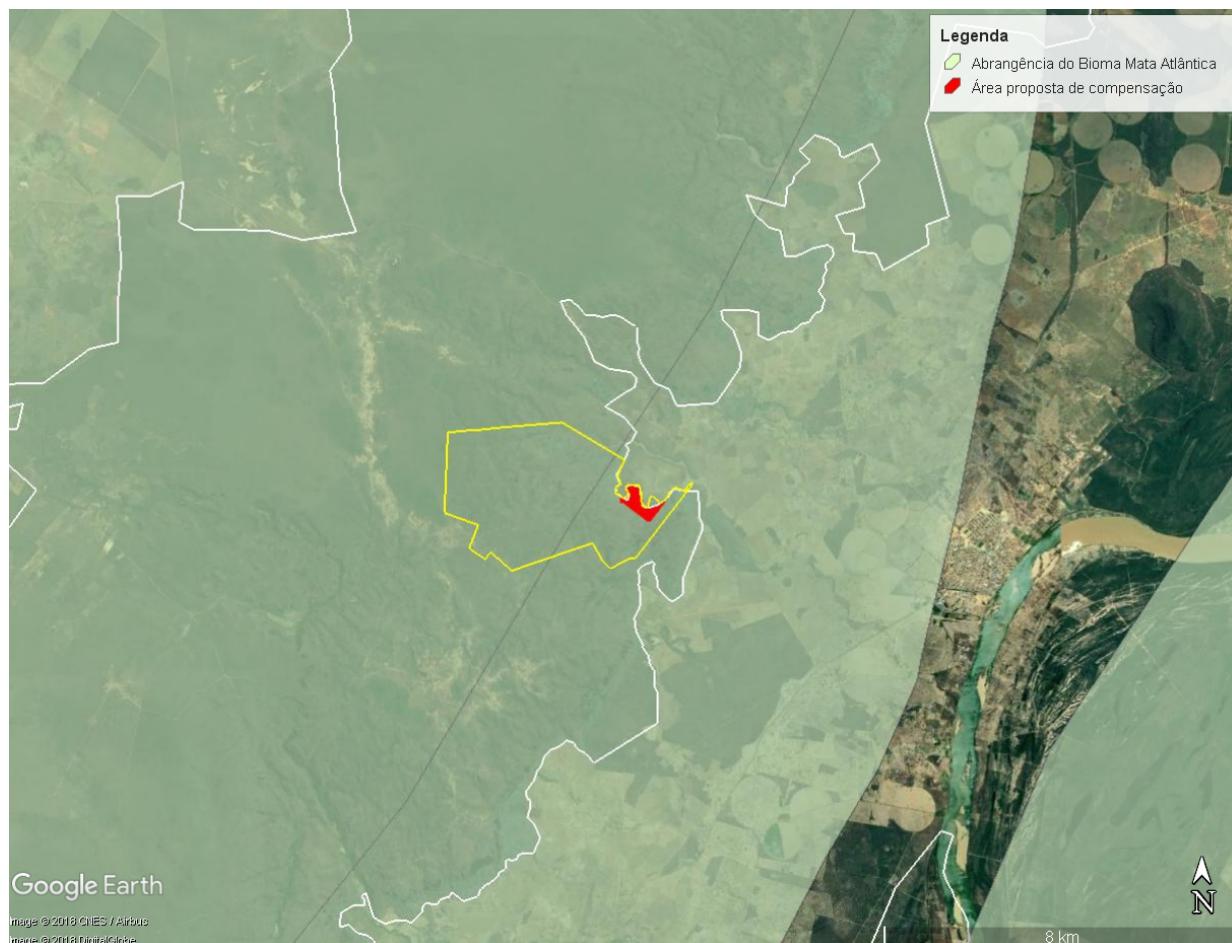
De acordo com o PECF a proposta compreende uma área de 29,4118 hectares no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. A propriedade denominada Fazenda Arizona está matriculada sob nº 23.732, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Januária.

A propriedade e a gleba que será desmembrada estão totalmente inseridas no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, conforme mapa e declaração do gerente da unidade de conservação, apensados ao processo.



A Fazenda Arizona está localizada no Bioma Mata Atlântica, segundo mapa de Biomas do IBGE, 2015 e conforme pode se verificar no mapa abaixo:

Figura 4: Localização da compensação (em vermelho), limites da fazenda Arizona (em amarelo) e limites do PARNA Cavernas do Peruaçu (em branco) X Bioma Mata Atlântica. Fonte: Google Earth.

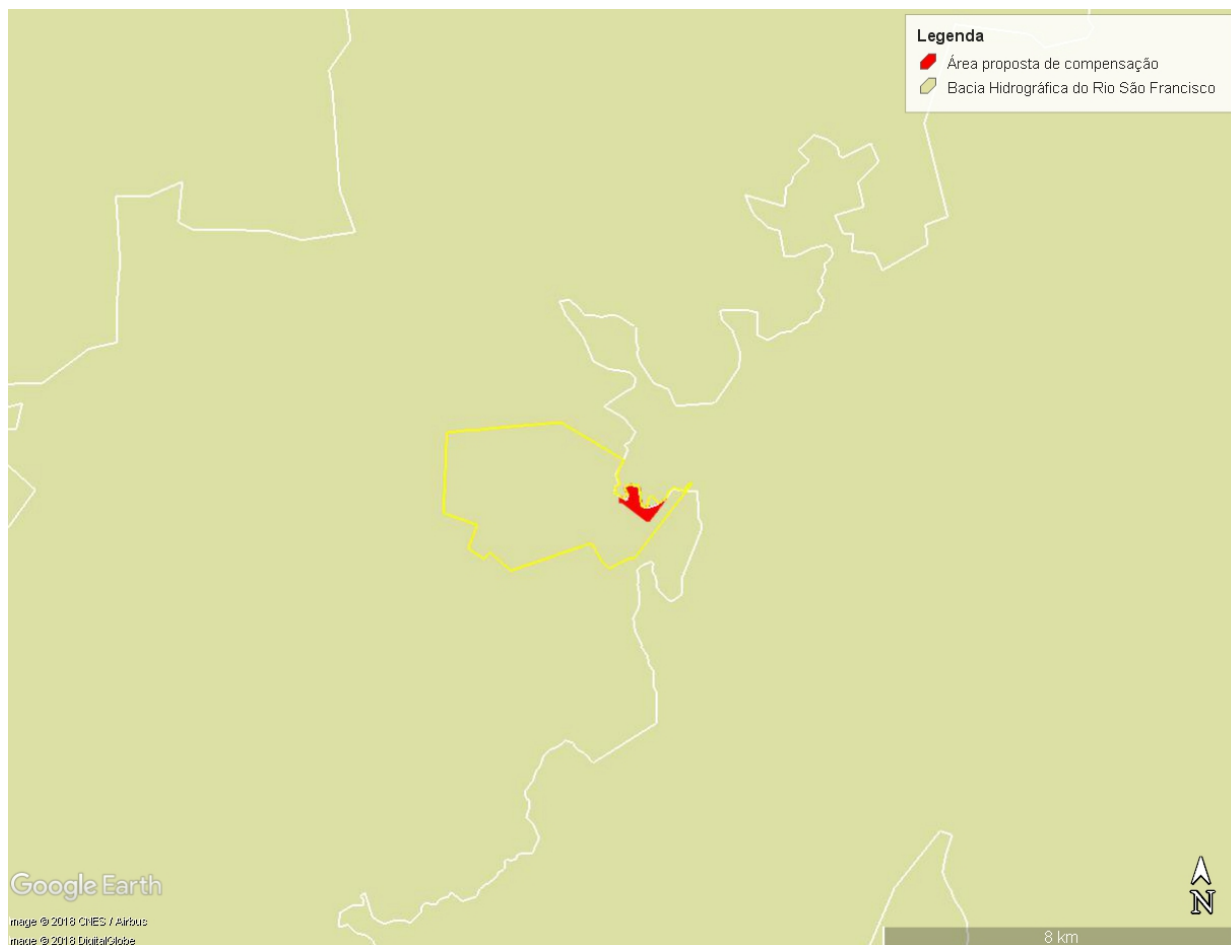


Com relação a Bacia Hidrográfica, a área proposta está inserida na Bacia do Rio São Francisco, sub-bacia do Rio Peruaçu.

Figura 5: Localização da compensação (em vermelho), limites da fazenda Arizona (em amarelo) e limites do PARNA Cavernas do Peruaçu (em branco) X Bacia Hidrográfica. Fonte: Google Earth.

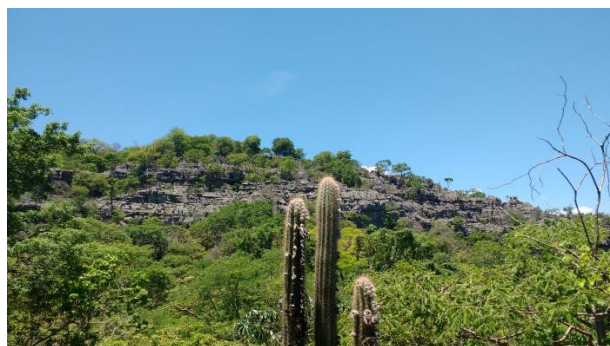
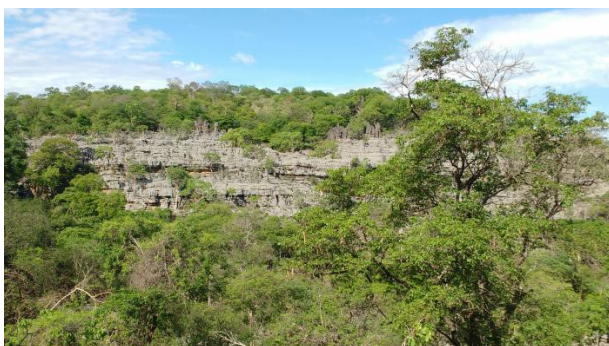


GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS



As áreas propostas foram vistoriadas para verificação da extensão, localização, equivalência ecológica com a área suprimida, bem como, com relação a outros aspectos inerentes à modalidade de compensação proposta. Acrescenta-se que os pontos vistoriados foram definidos com base na análise de imagens de satélite dos polígonos encaminhados pelo empreendedor.

Foto 1: Fotos da área destinada a compensação no PARNA Cavernas do Peruaçu. Fonte: PECF.



Cabe salientar que as áreas da compensação foram vistoriadas pela equipe técnica da Unidade Regional Alto Médio São Francisco, devido a maior proximidade deste regional com a área da compensação. Os técnicos José Luiz Vieira (Gerente da APA Serra do Sabonetal – URFBio



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

AMSF) e Roberto Marcine de Oliveira Júnior (Técnico Agrícola – URFBio AMSF) foram os responsáveis pela assinatura do Parecer de Vistoria na área, conforme documento anexo.

De acordo com o Parecer de Vistoria realizado pela equipe da URFBio AMSF, a área de compensação possui fitofisionomia de Floresta Estacional Decidual e Formação Rupestre ou Hiperxerófila. Atestam ainda que a propriedade e a gleba que será desmembrada estão totalmente inseridas no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, conforme observado em campo.

O Parecer ainda traz que a cobertura vegetal encontra-se em estágio médio para avançado de regeneração, possui indivíduos arbóreos com alta densidade folhosa e dossel florestal elevado, pouco ou nenhum sinal de intervenção ou criação de animais, formações calcárias rochosas com a presença de algumas cavernícolas e animais próprios desse habitat.

É atestado ainda no Parecer que há similaridade de vegetação entre a área de intervenção e a área proposta para compensação, sendo verificado, inclusive, que a área sugerida para compensação apresenta uma maior riqueza de espécies com predominância de araçazeiro com grande porte. Entre as espécies identificadas na área estavam Ipês, Gonçalo Alves, Angico Vermelho, Aroeiras, Barrigudas, entre outras.

Na conclusão do Parecer os técnicos da URFBio AMSF finalizam afirmando que *“foi possível constatar a similaridade da área de intervenção observada e a área de compensação florestal sugerida, sendo assim possível cumprir sua função ambiental, tendo em vista o nível de conservação da área e inserção no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, garantindo deste modo sua função ecológica.”*

Os pontos amostrados, suas coordenadas, bem como o nome da propriedade em que se inserem estão apresentados no quadro a seguir:

Ponto	Coordenada Latitude	Coordenada Longitude	Nome da Propriedade
1	589279	8332226	Fazenda Arizona – matrícula nº 23.732
2	589401	8331601	

A totalidade da compensação será realizada na modalidade de conservação através de doação de área no interior de Unidade de Conservação pendente de regularização fundiária.

O Art. 53 do Decreto Estadual nº 47.749/19, prevê a possibilidade da realização da totalidade da compensação na modalidade de preservação e no interior de Unidade de Conservação:

Art. 53 – Na impossibilidade de efetuar a recuperação para cumprimento da compensação, conforme previsão do inciso II do art. 32 da Lei Federal nº 11.428/2006, deverão ser doadas, em Unidades de Conservação de domínio público, áreas inseridas nos limites geográficos do bioma Mata Atlântica e em extensão suficiente para integrar o somatório das áreas devidas de compensação.



No PECF os técnicos responsáveis por sua elaboração afirmam que o empreendedor buscou propriedades próximas ao empreendimento para aquisição nas quais fossem possíveis a proposta de compensação na forma de destinação de área equivalente e/ou na forma de recuperação. No entanto, não obteve sucesso, por não encontrar nenhuma área propícia para tal e que o proprietário estivesse disposto a vender ou negociar o imóvel.

Outro fator relevante, que dificulta encontrar áreas aptas à compensação florestal na área cárstica de Arcos/Pains/Iguatama e Doloresópolis, são que essas áreas estão, praticamente todas, sob área de interesse para mineração, conforme justificativa apresentada pela empresa.

Alegam ainda que quando se trata de recuperação de vegetação rupícola ou de floresta decidual associada a afloramento de rocha em carste, as metodologias de recuperação normalmente utilizadas para florestas e cerrados não atendem às condições ecológicas do carste, ou seja, mesmo que se recupere uma área com espécies da floresta decidual, isso não quer dizer que as condições ecológicas para manutenção de todas as espécies associadas ao carste sejam atendidas. Assim, a recuperação florestal não atenderia às espécies rupícolas das áreas cársticas, espécies essas que sofrem com a atividade minerária e não são observadas ou não são adaptadas aos ambientes propostos para recuperação.

A seguir a proposta em questão será avaliada em função dos requisitos legais e técnicos, a fim de se estabelecer sua adequação legal e viabilidade.

2.4- Adequação da área em relação a sua extensão e localização

Com relação à localização das áreas propostas como compensação florestal por supressão de remanescentes de Mata Atlântica, a Lei Federal nº 11.428 de 2006, no seu artigo 17, determina que:

Art. 17. O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.

§1º Verificada pelo órgão ambiental a impossibilidade da compensação ambiental prevista no caput deste artigo, será exigida a reposição florestal, com espécies nativas, em área equivalente à desmatada, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica.

O Decreto Federal nº 6.660/08, em seu artigo 26, sem fazer distinção de tipologia de empreendimentos, define os critérios de localização das áreas a serem propostas como compensação por intervenção em Mata Atlântica:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS

Art. 26. Para fins de cumprimento do disposto nos arts. 17 e 32, inciso II, da Lei no 11.428, de 2006, o empreendedor deverá:

I - destinar área equivalente à extensão da área desmatada, para conservação, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31 da Lei no 11.428, de 2006, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana; ou

II - destinar, mediante doação ao Poder Público, área equivalente no interior de unidade de conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, localizada na mesma bacia hidrográfica, no mesmo Estado e, sempre que possível, na mesma microbacia hidrográfica.

Em âmbito estadual, a SEMAD acompanha todos os requisitos estabelecidos pela legislação federal no que se refere à localização da área a ser compensada. Assim, entende-se que a área proposta atende plenamente aos requisitos relacionados à localização. Vejamos:

O empreendimento está localizado na Bacia do Rio São Francisco, na sub-bacia do Rio São Miguel. A área proposta de compensação está localizada no interior do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, localizado na Bacia do Rio São Francisco, sub-bacia do Rio Peruaçu.

O empreendedor argumenta que esta estratégia de alocação de áreas de compensação dentro de unidades de conservação, atende aos preceitos da legislação vigente e representa importante ganho ambiental, contribuindo também a nível regional à medida que agrega proteção às unidades de conservação, promove sua conectividade e manutenção de processos ecológicos e contribui para a redução da fragmentação de habitats.

No que tange às exigências com relação à dimensão da área proposta, a SEMAD acata a Recomendação N° 05/2013 do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que recomenda ao Presidente do COPAM e todos os servidores da Secretaria a adoção de medidas entre as quais se destaca a “comprovação de existência de áreas aptas ao cumprimento da compensação ecológica específica equivalente ao dobro da área pretendida para supressão”.

Assim, entende-se que a proposta atende tal exigência, uma vez que a área suprimida foi de 11,7647 ha e a área proposta para compensação é de 29,4118 ha, atingindo, portanto, mais que o dobro da área suprimida em vegetação.

Somos favoráveis à compensação no interior de unidades de conservação, situadas nas mesmas Bacias Hidrográficas onde ocorreu a intervenção, pois a consolidação territorial é um dos grandes desafios de implementação das Unidades de Conservação (UCs) e é público e notório que os órgãos públicos têm dificuldade em promover a regularização fundiária das unidades de conservação, principalmente por questões orçamentárias. Dessa forma, a compensação florestal e outros tipos de compensação representam uma oportunidade para reduzir os conflitos de posse e uso da terra que não se pode desperdiçar.

Dito isto, entende-se que a proposta, de modo geral, atende aos critérios de equivalência em localização e extensão.



2.5 - Equivalência ecológica

O Inciso I do Art. 26 do Decreto Federal 6.660/08, já citado anteriormente, define que, nos casos de compensação ambiental por intervenção em Mata Atlântica, a área destinada para a conservação deve conter “as mesmas características ecológicas” que a área que sofreu intervenção.

Porém, no inciso II do Art. 49 do Decreto Estadual nº 47.749/19, foi retirada essa obrigatoriedade em se observar a equivalência ecológica quando a compensação se der no interior de Unidade de Conservação, conforme se verifica:

Art. 49 – Para fins de cumprimento do disposto no art. 17 e no inciso II do art. 32 da Lei Federal nº 11.428, de 2006, o empreendedor deverá, respeitada a proporção estabelecida no art. 48, optar isolada ou conjuntamente, por:

[...]

*II – destinar ao Poder Público, área no interior de Unidade de Conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, inserida nos limites geográficos do bioma Mata Atlântica, **independente de possuir as mesmas características ecológicas**, desde que localizada na mesma bacia hidrográfica de rio federal, no Estado de Minas Gerais e, sempre que possível, na mesma sub-bacia hidrográfica, observando-se, ainda, a obrigatoriedade da área possuir vegetação nativa característica do Bioma Mata Atlântica, independentemente de seu estágio de regeneração. (Grifo nosso)*

Em todo o caso, segundo os técnicos da URFBio AMSF, a equivalência ecológica entre a área da intervenção e da compensação foi observada.

Para avaliação deste requisito partir-se-á da análise da equivalência das áreas afetadas e propostas em termos de fitofisionomias existentes e estágios sucessionais, conforme dados do PECF, consolidado no quadro a seguir:

Área intervinda			Área a ser compensada (ha) 2:1	Área proposta		
Municípios: Arcos				Município: Itacarambí		
Sub-Bacias: Rio São Miguel				Sub-Bacia: Rio Peruaçu		
Área (ha)	Fitofisionomia	Estágio sucessional		Área (ha)	Fitofisionomia	Estágio sucessional
11,7647	FED	Médio		29,4118	FED	Médio

De acordo com o relatório de vistoria da URFBio AMSF constatou-se que os pontos amostrados correspondiam a descrição apresentada no PECF em termos de ocorrência de fitofisionomias e



seus estágios sucessionais. As imagens a seguir mostram fotografias dos pontos amostrados nas quais pode-se observar suas características com relação aos aspectos citados.

Foto 2: área de compensação no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Fonte: URFBio AMSF.



Assim, considerando-se os aspectos analisados, este Parecer entende que a proposta apresentada pelo empreendedor atende os requisitos estabelecidos pela legislação vigente, no que se refere à equivalência ecológica.

2.6 - Adequação da área com relação às formas de conservação previstas na legislação.

Formas jurídicas de Destinação de Áreas para a Conservação. A nível estadual, e em consonância com o referido decreto, a Portaria IEF nº 30/2015, em seu Art.3º, caracteriza os instrumentos jurídicos e documentos técnicos necessários para a aplicação das diferentes formas de compensação previstas.

2.6.2- Doação de propriedade no interior de Unidade de Conservação de Proteção Integral pendente de regularização fundiária.

Esta modalidade de compensação está prevista no Decreto Federal 6.660/08 em seu Artigo 26:

Art. 26. Para fins de cumprimento do disposto nos arts. 17 e 32, inciso II, da Lei nº 11.428, de 2006, o empreendedor deverá:

[...]

*II - destinar, mediante doação ao Poder Público, área equivalente no interior de unidade de conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, localizada **na mesma bacia hidrográfica, no mesmo Estado e, sempre que possível, na mesma microbacia hidrográfica.***

Ainda, de acordo com o inciso III do Art. 3º da Portaria IEF 30/15 o cumprimento da compensação florestal, no caso em tela, somente será considerada atendida:

III – Na hipótese prevista no inciso II, do artigo 26 do Decreto Federal 6.660, de 2008, com a apresentação pelo empreendedor de comprovante de averbação da Escritura



Pública de Doação ao órgão gestor da unidade de conservação perante o Cartório de Registro de Imóveis competente.

Assim, uma vez que já foram avaliados os critérios de equivalência ecológica e de localização, este Parecer visa avaliar os limites da área proposta com relação aos limites da Unidade de Conservação, bem como a situação fundiária da propriedade que será doada ao ICMBio.

A propriedade denominada Fazenda Arizona, matrícula nº 23.732, com área total de 1.213,7503 ha, será desmembrada para aquisição dos 29,4118 ha destinados à compensação, estando inserida no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. A declaração do gerente apresentada indica que esta área está pendente de regularização fundiária.

2.7- Síntese da análise técnica

A proposta realizada mediante o PECF, bem como a síntese da análise realizada por este Parecer está consolidada no quadro a seguir:

Área Intervinda		Área proposta					
Fitofisionomia / estágio sucessional	Área (ha)	Fitofisionomia	Área (ha)	Sub-bacia	Propriedade	Forma de compensação	Adequada (S/N)
FED – estágio médio de regeneração	11,7647	FED	29,4118	Rio Peruaçu	Fazenda Arizona	Doação em UC	SIM

Conforme se apreende do quadro acima, a proposta apresentada pelo PECF em tela está adequada à legislação vigente.

3 - CONTROLE PROCESSUAL

Trata-se de processo administrativo formalizado com a finalidade de apresentar propostas com o escopo de compensar florestalmente intervenções realizadas no bioma de Mata Atlântica para fins de lavra a céu aberto em áreas cársticas com ou sem tratamento, da empresa Companhia Siderúrgica Nacional.

Atendo-se primeiramente à proposta apresentada pela empresa visando compensar a intervenção realizada no bioma de Mata Atlântica, infere-se, à luz das argumentações técnicas acima apresentadas, que a proposta atende aos requisitos impostos pela legislação ambiental em vigor, em especial ao que dispõe o artigo 26 do Decreto Federal nº. 6.660, de 21 de Novembro de 2008, pelo fato de se amoldar aos requisitos de proporcionalidade de área, localização quanto à bacia hidrográfica e, ainda, características ecológicas, senão vejamos:

Com relação à proporcionalidade de área, a extensão territorial oferecida pelo empreendedor a fim de compensar a supressão realizada é equivalente ao mínimo exigido pela legislação federal, atendendo, inclusive, o percentual proposto pela Recomendação nº 005/2013, lavrada pelo Ministério Público de Minas Gerais, que prevê, para cada hectare de supressão, a compensação florestal em dobro.



Em números concretos, os estudos e a análise técnica contida neste parecer, demonstram que será suprimido no bioma de Mata Atlântica um total de 11,7647 ha, sendo ofertado a título de compensação uma área de 29,4118 ha de vegetação nativa (Mata Atlântica) na Bacia do Rio São Francisco, interior do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu atingindo, portanto, mais que o dobro da área a ser suprimida, em atendimento ao artigo 32 da Lei nº. 11.428/06 e Recomendação nº. 005/2013 do MPMG. Logo, critério quanto à proporcionalidade de área atendido.

Quanto à conformidade locacional, atesta o presente que, é possível verificar que as medidas compensatórias propostas pelo interessado serão realizadas na mesma bacia do empreendimento.

No que se refere à característica ecológica, vislumbra-se das argumentações técnicas empreendidas, especialmente do estudo comparativo realizado, que o uso atual informado nos projetos executivos nos quais serão implantadas as prescrições técnicas e as compensações florestais propriamente ditas guardam conformidade com as aferições realizadas “in loco”.

Considerando o disposto na Portaria IEF nº. 30, de 03 de fevereiro de 2015, o processo foi devidamente formalizado, haja vista a apresentação da documentação e estudos técnicos exigidos pela legislação aplicada à espécie, motivo pelo qual, legítima é a análise do mérito técnico quanto às propostas apresentadas.

As áreas destinadas para compensação serão doadas ao ICMBio, visando a promoção da regularização fundiária da unidade de conservação de proteção integral Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, conforme determina a Instrução de Serviço Conjunta nº02/2017 que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem realizados para fixação, análise e deliberação de compensação pelo corte ou supressão de vegetação primária ou secundária em estágio médio ou avançado de regeneração no Bioma Mata Atlântica no Estado de Minas Gerais.

Cumprir destacar, que a proposta apresentada se encontra em consonância com o disposto no art. 53 do Decreto Estadual nº 47749/19, haja vista, ter sido apresentada pelo requerente justificativa da impossibilidade de adotar a compensação na modalidade de recuperação conforme previsão do inciso II do art. 32 da Lei Federal nº 11.428 de 2006, vejamos:

Art. 53 – Na impossibilidade de efetuar a recuperação para cumprimento da compensação, conforme previsão do inciso II do art. 32 da Lei Federal nº 11.428, de 2006, deverão ser doadas, em Unidades de Conservação de domínio público, áreas inseridas nos limites geográficos do bioma Mata Atlântica e em extensão suficiente para integrar o somatório das áreas devidas de compensação.

Isto posto, considerando que a proposta apresentada no PECF em tela não encontra óbices legais, recomenda-se que a mesma seja aprovada.

4 - CONCLUSÃO



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS**

Considerando-se as análises técnica e jurídica realizadas infere-se que o presente processo se encontra apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e áreas protegidas do COPAM, nos termos do Decreto 46.953/2016.

Ainda, considerando os aspectos técnicos descritos e analisados, bem com a inexistência de óbices jurídicos no cumprimento da proposta de Compensação Florestal em tela, este Parecer é pelo deferimento da Proposta de Compensação Florestal apresentada pelo empreendedor nos termos do PECF analisado.

Acrescenta-se que, caso aprovado, os termos postos no PECF e analisados neste Parecer constarão de Termo de Compromisso a ser assinado entre o empreendedor e o IEF no prazo máximo de 30 dias.

Caso o empreendedor ou requerente não assine e/ou não publique o Termo de Compromisso nos prazos estipulados, o IEF expedirá notificação ao interessado para que, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da mesma, proceda à assinatura e/ou à publicação do termo, sob pena de solicitação das providências cabíveis à presidência do COPAM.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da Compensação Florestal em tela não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de licenciamento ambiental (quando for o caso).

Este é o parecer.

Smj.

Divinópolis, 27 de dezembro de 2019.

Equipe de análise	Cargo/formação	MASP	Assinatura
Dayane Nayara Carvalho	Analista Ambiental/Bióloga	1363958-8	
Letícia Horta Vilas Boas	Assessora Jurídica/Advogada	1159297-9	

DE ACORDO:

**Amanda Cristina Chaves – MASP: 1316503-0
Supervisora Regional
URFBio – Centro-Oeste**